



Ata da Reunião Ordinária - SETEMBRO/2016

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, reuniram-se na sala de reuniões da Secretária Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Araucária, as nove horas em primeira chamada e as nove horas e quinze minutos em segunda chamada, com a presença dos conselheiros sra. **Rubia Fabiana Baja**, presidente do COMDEMA, sr. **Bruno Tonel Otsuka**, Secretário Executivo do COMDEMA; sr. **Jander Klechovicz**, suplente da ACIAA; sra. **Josiane Novak**, titular da SMUR; sr. **José Luiz de Lima**, titular da SMFI; sra. **Lidienne Avelleda**, titular da SMSA; sra. **Natalia Cabrita**, suplente da SMPL; sra. **Neuza Antunes**, suplente da Associação de Moradores; sra. **Thais Chaves**, titular da SMED; e sr. **Pedro Wojcik**, titular do Sindicato dos Trab. Rurais, resultando num quórum com a seguinte composição: 67% representantes do poder público e 33% da sociedade civil organizada. Ainda estiveram presentes os convidados: sra. **Cirlei Idalino**, Diretora Geral da SMMA; sr. **Claudio Schwass**, da ACIAA; sra. **Fabienne Charvet**, educadora do DEA/SMMA; sr. **Helio Bzuneck**, Diretor do DLP/SMMA; sr. **Norlon Gabardo**, fiscal do DCA/SMMA, **Tenente Bortolassi**, do Corpo de Bombeiros; sr. **Valdecir A. Bonini**, do Conselho Municipal de Educação; sra. **Jandaíra** do Conselho do Patrimônio Cultural; e sra. **Adenir Ohpis**, assistente da SMMA. O sr. **Bruno** iniciou pelo Processo nº 3032/2016 do Corpo de Bombeiro, sobre a ampliação do quartel localizado anexo ao Parque Cachoeira. Passou a palavra para o Tenente Bortolassi, que explicou sobre as atividades do Corpo de Bombeiros, sendo a sede localizada em SJP representando outros cinco municípios. Hoje Araucária é uma Companhia integrante dessa sede, porém futuramente pode vir a se tornar um Agrupamento. Isso é um dos motivos para ampliação, pois tornando-se um Agrupamento os recursos enviados são maiores e a estrutura para atendimento tende a crescer. A ideia é investir também num centro de treinamento que serviria de referência ao Estado do Paraná. Caso ocorra a autorização para unificação dos terrenos, o CP irá atrás de fundos para construir uma edificação mais robusta. Finalizou sua explicação e agradeceu a presença de todos e se colocou a disposição para perguntas. Foi perguntado se a área é dentro do parque. O sr. Bruno respondeu que não, é uma matrícula a parte ao lado do Parque. Perguntou-se qual o tamanho para a ampliação. O **Ten. Bortolassi** disse que ainda não têm o projeto pois precisa saber o tamanho do terreno e se a unificação será autorizada para depois buscar recursos para um projeto. A ideia é trazer toda a estrutura de Araucária para esse local, incluindo a do Thomaz Coelho. Foi perguntado sobre uma saída de emergência se a Rua Santa Catarina comportaria isso. O **Ten. Bortolassi** respondeu que a caixa atual do arruamento já seria suficiente para esse fim. O sr. **Bruno** explicou que existem três matrículas destinadas a um complexo de segurança, mas como não ocorreu a utilização para instalação da Delegacia Cidadã o Corpo de Bombeiros está solicitando o terreno para ampliação. No plano de manejo do parque não há informação contrária a isso, mesmo porque a matrícula é distinta das matrículas que compõem o parque. A sra. **Neuza** perguntou se foi contemplado um “treinamento” com a comunidade. O **Ten. Bortolassi** respondeu que faz palestras e cursos. Hoje o treinamento é feito com equipamento simples. Destacou que não é possível fazer cursos para capacitar como



45 brigadistas para atuar como elementos do Corpo de Bombeiros, pois é uma função
exclusiva deles. Um dos participantes parabenizou o tenente pela estrutura e vontade de
fazer o melhor possível. O tenente comentou sobre o incêndio de Santos e questionou se
estariam preparados aqui para tal emergência. Disse que já adquiriram um *drone* para o
aperfeiçoamento e modernização das atividades. A **sra. Fabienne** colocou que quatro
50 instituições compartilham a área do parque a SMMA, SMCT, Corpo de bombeiros a a
SMEL e pediu que todos conhecessem o plano de manejo do Parque (2007). O **sr.**
Jander parabenizou e posicionou-se a favor da solicitação do Corpo de Bombeiros. O **sr.**
Bruno colocou o tema para votação sendo aprovado por unanimidade a unificação das
matrículas para fins de ampliação do quartel. Passou-se ao segundo item da pauta sobre
55 o Processo nº 2706/2016, passando a palavra ao **sr. Norlon Gabardo** que expôs a
situação. Disse que o lote localiza-se perto do viaduto da Av. Manoel Ribas, onde o
supostamente há uma drenagem. Não foi localizado nenhuma nascente e procurado
antes na digitalização foi localizado o que chama de “Dreno”. Com o corte do viaduto o
lençol freático ficou exposto e o nível da água rebaixado. Se você caracteriza como curso
60 hídrico pela legislação federal é de trinta metros. Se for como drenagem pela nossa
legislação é de quinze metros. A solicitante pediu ao IAP a Dispensa de Licenciamento
Ambiental Estadual que foi atendida pelo órgão. Os técnicos da secretaria encaminharam
ao COMDEMA para que haja uma deliberação sobre o caso sendo que todos aqueles
possuidores de lotes afetados pela linha de drenagem sejam enquadrados na mesma
65 maneira para fins de regularização. A **sra. Josiane** perguntou se foi ouvido o Instituto das
Águas pois um pouco mais a frente há casos semelhantes. No ano de dois mil e treze
houve outro caso e foi orientado para se procurar o Instituto das Águas. Os técnicos da
SMMA buscaram isso e foram informados que antes do ano dois mil não havia a outorga
pelo instituto. A **sra. Bina** colocou sobre a canalização do córrego São Patrício que antes
70 era possível e agora não mais devido a criação de lei que proíbe a canalização. A **sra.**
Josiane pediu para analisar todas as quadras envolvidas. A **sra. Rubia** citou o artigo da
Lei Municipal que diz que são quinze metros para casos de drenagem em marginais de
rodovias, como é o caso. O **sr. Hélio** falou que há necessidade de se fazer um
mapeamento da drenagem da cidade. O **sr. Bruno** colocou o tema para votação, se pode
75 ser considerado como drenagem, sendo aprovado por unanimidade. Decidiu-se também
que para esse caso seja elaborada resolução específica com base nas funções legais do
COMDEMA. Passou para o terceiro Processo nº 2614/2016, o **sr. Norlon Gabardo**
colocou que existe um barracão antigo, num loteamento aprovado no ano de mil
novecentos e oitenta e sete, considerando quinze metros do córrego como área de
80 preservação. Atualmente, de acordo com o Código Florestal são trinta metros em regra. O
barracão está localizado fora dos quinze metros, porém dentro dos trinta metros. No
momento o empreendedor pede regularização do alvará, mas ainda não se sabe quando
foi construído para avaliar em que legislação se enquadra. A **sra. Neusa** falou sobre a
necessidade de fazer a coisa certa, pois ela vê bastante irregularidades em construções
85 no município. O **sr. Norlon** sugeriu que se comprovasse quando foi construído, que na
época era quinze metros e a partir do ano de dois mil e três passou a ser trinta metros. A
sra. Josiane falou que em Araucária se criou a imagem de que primeiro se constrói e
depois vê-se o que faz. O **sr. Bruno** sugeriu que se encaminhasse a solicitação ao



90 requerente para que comprove em qual ano o barracão fora construído. A **sra. Josiane**
pediu que veja se paga ou não imposto da área, o que foi confirmado pelo **sr. Norlon**, ou
seja, o terreno está inscrito no IPTU regularmente. A questão do alvará de construção não
entra nesta discussão, pois não é a seara da política ambiental. A **sra. Neusa** questionou
novamente sobre a regularização e falta de entrosamento das secretarias. O **sr. Bruno**
então colocou que a situação deva ser encaminhada ao requerente para juntar a
95 documentação e, caso seja comprovada que a construção seja anterior a dois mil e três,
que seja considerado os quinze metros. Não havendo mais perguntas sobre o processo,
passou-se a palavra ao **sr. Hélio** para apresentar a questão sobre o Plano Municipal de
Recursos Hídricos. Esse plano foi elaborado para atender a legislação e as solicitações
do ministério publico e do instituto das águas a época no ano de dois mil e sete. A
100 procuradoria jurídica em parecer solicitou que o plano seja aprovado pela COMDEMA e
posteriormente seja publicado em Diário Oficial. Já são oito anos desde que foi elaborado
e muita coisa mudou como por exemplo os parâmetros de qualidade da água avaliados
na época. Colocou-se para os presentes que o plano fosse aprovado por decreto ou por
resolução pois é preciso dar uma resposta a procuratoria jurídica do município. Outra
105 alternativa seria não aprovar neste momento e solicitar que a SMMA faça a atualização
desse novo plano tendo que seguir as normas atuais inclusive com audiências públicas. A
sra. Josiane falou que é importante a publicação para não se perder o histórico. O **sr.**
José Luiz comentou que não haverá recursos financeiros para os próximos anos, então
que a SMMA tenha que incluir no orçamento. O conselho decidiu que se aprove e
110 publique por meio de resolução para registrar o plano no historico e que seja incluída a
previsão para atualização na LOA em 2017-18. O **sr. Bruno** explicou sobre a alteração
deste conselho que está em trâmite na Câmara Municipal que através deste projeto de lei
que alterará a lei 2.277/10. Apresentou-se o último item da pauta, sobre a política
municipal de educação ambiental, para apresentação da **sra. Fabienne** do DEA/SMMA,
115 explicando que para se criar a politica de educação ambiental deverá ser criado um grupo
de trabalho multidisciplinar com representantes de todas as entidades envolvidas no
tema. Haverá um treinamento fornecido pelo MP ao grupo de trabalho municipal, sendo
que todos serão convidados a participar. A **sra. Rubia** passou para assuntos gerais já
colocando em discussão uma proposta para que a presidência do COMDEMA seja feita
120 por eleição dos membros deixando-se o formato atual em que o Secretário do Meio
Ambiente é automaticamente conduzido a presidência conforme legislação. O **sr. Bruno**
falou que o conselho é uma entidade que representa a sociedade de maneira paritária,
por isso a eleição do presidente é a maneira mais democrática e legitima para se compor
a presidência. A **sra. Josiane** comentou que no Conselho do Plano Diretor já é realizada
125 eleição para escolha do Presidente e que o Secretário de Planejamento é membro nato. É
acordado que a cada dois anos a presidência se alterna entre sociedade civil e poder
público. O **sr. José Luiz** cobrou do conselho para que haja um cronograma de reuniões
para se discutir as questões ambientais. Também comentou que podem haver convidados
como ouvintes desde que não haja tumulto. A **sra. Rubia** colocou que as vezes as
130 pessoas têm vontade de participar porém não têm o conteúdo para algumas discussões
específicas. O **sr. Pedro** comentou sobre diversos problemas ambientais como soltura de
balões e que não houve mais falar sobre divulgação de ações de educação ambiental.



Quanto a questão da eleição de presidente colocou-se em votação e o Conselho foi unânime favoravelmente a alteração da Lei para que haja a eleição e que o Secretário de Meio Ambiente seja membro nato. Nada mais havendo para discussão deu-se por encerrada a reunião às 11h20 e eu, **Adenir Ohpis**, finalizo a presente ata que vai por mim assinada e pela presidência desse Conselho.

Rubia Fabiana Baja

Presidente do COMDEMA

Bruno Tonel Otsuka

Secretário do COMDEMA

Adenir Ohpis

Secretária *ad hoc*